

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Daten Tecnologia Ltda. é uma empresa limitada, domiciliada no Brasil, fundada em 27 de julho 2001, com sede localizada na Rodovia Ilhéus- Uruçuca, Km 3,5 - BA 262, Ilhéus, Bahia, CEP 45.658-335 e unidades administrativas localizadas em Recife/PE e Salvador/BA.

A Empresa tem por objetivo a industrialização, comercialização, instalação, manutenção e assistência técnica de produtos eletroeletrônicos e de informática, desenvolvimento de aplicações em *software*, suporte a um ambiente computacional e consultoria na área de tecnologia da informação.

Em 15 de fevereiro de 2024, a Empresa adquiriu a participação total da Boardtec do Brasil Ltda. A Boardtec do Brasil tem por objetivo fabricação de placas mãe, memórias e SSD, e está localizada na Zona Franca de Manaus.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pelas Empresas são: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, servidores, tablets, monitores e placas eletrônicas.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 30 de maio de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis da empresa, estão apresentadas na nota explicativa 3.

2.1 Uso de estimativas e julgamentos.

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6 - Contas a receber de cliente** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da perda através da taxa média ponderada;
Nota explicativa nº 11 - Investimentos - investimento em P&D realizados por meio de Fundos de Investimento, amparada na lei nº 13.674/2018.
- **Nota explicativa nº 16 - Provisão para garantia** - reconhecimento e mensuração da provisão de garantia: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos para cumprimento das obrigações com garantia;
- **Nota explicativa nº 17 - Gerenciamento de riscos processuais** - reconhecimento e mensuração das provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos provenientes de decisões judiciais;

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa, requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações financeiras consolidadas.

- a) Controlada é uma entidade na qual a empresa detem o controle. A empresa controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.



A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a empresa. A consolidação é interrompida quando a empresa deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotada pela empresa.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023 (*)
Controlada		
Boardtec do Brasil Ltda.	100,00	50,00
(*) em 2023 controlada em conjunto		

Aquisição de Controlada:

Em 15 de fevereiro de 2024, a empresa adquiriu 50% das quotas restantes do capital social da Boardtec do Brasil Ltda, atuante na fabricação de placas de circuito impresso, cujo preço de aquisição foi de R\$ 8.000 pagos nesta data.

Os valores reconhecidos relacionados aos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de 31 de janeiro de 2024 estão demonstrados a seguir:

Saldos em 31 de janeiro de 2024

Ativos Reconhecidos		Passivos Assumidos	
<u>Circulante</u>		<u>Circulante</u>	
Caixa e equivalentes caixa	489	Fornecedores	6.046
Adiantamentos a fornecedores	2.638	Obrigações trabalhistas	502
Estoque	26.385	Obrigações tributárias	176
Outros ativos	23	Outras obrigações	112
	<u>29.535</u>		<u>6.836</u>
<u>Não circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
Investimento	6.427	Adiantamentos de controladores em conjunto	22.047
Imobilizado	1.753		
	<u>8.180</u>		
Total	<u>37.715</u>		<u>28.883</u>

A tabela a seguir resume a alocação do preço de aquisição de 50% do capital social da controlada em conjunto com base no laudo de avaliação elaborado por empresa independente:

<u>Alocação do preço de aquisição</u>	
Valor Contábil	
Ativos reconhecidos	18.858
Passivos assumidos	(14.442)
Patrimônio Líquido	4.416
Mais Valia	
Investimentos	127
Imobilizado	1.593
Mais valia	1.720
Patrimônio Líquido ajustado	6.136
Preço de aquisição	8.000
Ágio	<u>1.864</u>

Na operação foi gerado um ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros das sinergias decorrentes da aquisição e a mais valia referentes aos ativos da adquiridos nos valores de R\$1.863 e R\$1.720, respectivamente. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 15,32%.

Mais-valia dos Ativos

Investimentos:

Na data-base, a empresa detinha 6.312 cotas de um fundo de investimento privado, cujo valor da

cota era de R\$ 1,058, totalizando R\$ 6.681, em comparação com um valor investido de R\$ 6.427. A mais-valia dos investimentos corresponde a 50% da diferença entre o valor justo e o valor contábil do referido ativo.

Imobilizado:

O imobilizado foi reconhecido pelo seu valor justo estimado, deduzido da depreciação e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O ativo imobilizado compreende, substancialmente, equipamentos para fabricação de placas e circuitos impressos.

Na data-base, a empresa possuía contratos de locação de equipamentos com dois fornecedores, cujas cláusulas preveem a opção de aquisição dos ativos ao final do contrato. Os valores registrados referem-se aos pagamentos efetuados até a data-base, os quais não estavam integralmente refletidos nos registros contábeis.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

a. Reconhecimento da receita

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente: (i). Identificar o contrato com o cliente; (ii). Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii). Determinar o preço das transações; (iv). Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v). Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. O CPC 47 exige que a Empresa exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes, e que a receita reconhecida reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

- **Receita de vendas**

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando da transferência da propriedade dos riscos e do controle dos bens para terceiros, ou seja, em ponto específico do tempo, somente pelo valor que a Empresa espera ter direito na transação (seus valores deduzidos de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculados sobre as vendas a prazo, os impostos sobre vendas e verbas comerciais concedidas).

- **Prestação de serviços**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável, ou seja, ao longo do tempo. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e são

reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca da prestação do serviço para o cliente.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com vencimento originais de três meses da data de aquisição ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Ativos financeiros avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Empresa também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte das contas a receber e outros recebíveis.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

- As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo como histórico de inadimplência de seus clientes dos últimos 5 anos. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso, desde que não vinculadas a entidades governamentais.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), não aplicável a entidades de governo que possuem valores empenhados para o pagamento da Empresa; ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias, desde que não vinculados a entidades de governo.
- Os saldos vencidos decorrentes das vendas de mercadorias à órgãos públicos ocorrem em função dos protocolos internos para aprovação dos pagamentos pelos referidos órgãos.
- Historicamente, os atrasos no recebimento de vendas ao governo são característica comum nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não sendo observada historicamente perdas relevantes para a Empresa, portanto, os saldos vencidos ainda não representam necessariamente risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída para casos em que há perspectiva de perda por parte da Empresa.
- As perdas de crédito esperadas que resultam de eventos de inadimplência em instrumento financeiro, que são possíveis dentro de 12 meses após a data do balanço, (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma

recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros gastos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo de elaboração e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pela média ponderada móvel, neste critério, o valor médio de cada unidade em estoque altera-se pelas compras de outras unidades por um preço diferente.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, o custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos e construções em andamento não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Em 2024 a Empresa permaneceu com base na avaliação do laudo das vidas úteis de seus ativos, onde não houve modificação das vidas úteis utilizadas e as apresentadas nos períodos anteriores. As taxas estão apresentadas abaixo:

Vida útil		2024		2023	
Ativo imobilizado	Anos	(%)	Anos	(%)	
Máquinas e equipamentos	10	10	10	10	
Móveis e utensílios	10	10	10	10	
Computadores e periféricos	5	20	5	20	
Equipamentos de segurança	10	10	10	10	
Veículos	5	20	5	20	
Edificações	25	4	25	4	

(iv) Reconhecimento e mensuração

Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, o custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição. O custo de ativos intangíveis projetados pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do intangível são reconhecidos no resultado

(v) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela empresa.

g. Ativos intangíveis e ágio

Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. As perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado nas Unidades Geradoras de Caixa para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Vida útil ativo intangível:

Abaixo apresentamos a vida útil dos ativos intangíveis da Empresa:

<u>Ativo intangível</u>	<u>Vida útil (anos)</u>
Software	5

h. Investimentos

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Empresa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Empresa controle compartilhado da entidade e dá a Empresa direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(i) Outros investimentos

A Empresa não tem influência significativa nestes investimentos, os quais são mensurados a valor justo por meio do resultado ou pelo custo de aquisição.

	Controladora Consolidado Participação % <u>2024</u>	Controladora Participação % <u>2023</u>
Investimentos em Fip Capital Semente – Inova IX	10,00	10,00
Investimentos em Fip Capital Semente – Inova X	10,12	9,88
Investimentos em Fip Capital Semente –	33,33	33,33
Investimento em FIP INOVA IV	11,62	-

Desde 2022 a controladora e a controlada, passou a Investir em Fundo de Investimento em Participações (FIP), amparada na Lei nº 13.674/2018, e com objetivo de investimento em P&D.

Foi levado em consideração o percentual de participação da Empresa no capital social para classificação em outros investimentos, e tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para contingências - riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais o risco da saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, não há provisões constituídas em relação a contingências. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

A provisão é constituída com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base

j. Subvenção e assistência governamentais

A Empresa goza de benefícios fiscais e assistenciais, os quais são caracterizados como subvenções governamentais, registradas contabilmente conforme orientações contidas no pronunciamento CPC 07- Subvenções e Assistência Governamentais, de acordo com o descrito nas notas explicativas 8.1, 8.2 e 18.

Em atendimento à Lei 11.638/07, decreto do estado do Amazonas nº 47.727/2023, que sucede o Decreto nº 23.994/2003, e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, as subvenções governamentais relacionadas ao ICMS – Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços da Empresa são reconhecidas no resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Já o crédito financeiro instituído pela Lei Federal nº 13.969/2019 é tratado como outras receitas operacionais.

A Empresa também goza de redução de 100% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, para um período de 10 anos compreendido entre os exercícios de 2024 a 2033, sobre sua produção de equipamentos de informática, em conformidade com o Laudo Constitutivo emitido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE Nº 0448/2024.

k. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras do Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios

anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas sob controle conjunto, na extensão que a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras, e não tiveram impactos materiais para o Grupo:

- i. CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras – vigência 01/01/2024;
Visa melhorar as informações divulgadas sobre dívidas de longo prazo atreladas a covenants, permitindo que os leitores entendam o risco de que determinada dívida seja liquidada antecipadamente. As cláusulas restritivas a serem cumpridas após a data do balanço não afetam a classificação da dívida como circulante ou não circulante na data do balanço, porém a Administração deve divulgar informações sobre essas cláusulas restritivas nas notas explicativas das demonstrações financeira.

- ii. CPC 06 – Operações de arrendamento mercanti - vigência 01/01/2024;
As alterações adicionam requisitos que explicam como uma empresa contabiliza uma venda e leaseback após a data da transação. As modificações apoiam a aplicação consistente da Norma de Contabilidade
- iii. Alterações ao CPC 36 e CPC 18 -Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto – vigência ainda não definida.
As alterações tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor sua coligada ou jointventure. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes e caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	02	03	02	03
Depósitos bancários/conta corrente	475	10.546	475	10.546
Equivalentes	64.600	88.345	64.769	88.345
Total	65.077	98.894	65.246	98.894

Referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) de renda fixa, remunerados a taxas média ponderada de 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2024 e 2023, de alta liquidez, com vencimento em até três meses ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado ou mudanças significativas de valor.

b. Aplicações financeiras

A rentabilidade média ponderada dos ativos de renda fixa foi de 103% do CDI em 31 de dezembro de 2024.

• Movimentações

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CDB com vencimento com mais de 90 dias	6.359	8.343	6.359	8.343
Fundo de investimento em títulos federais	54.143	67.793	54.143	67.793
Fundo de investimento em debêntures	23.308	26.803	23.308	26.803
Fundo de investimento em crédito privado	25.090	15.081	25.090	15.081
Letra Financeira	4.179	5.340	4.179	5.340
Total	113.079	123.360	113.079	123.360

	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2023	123.360	116.708
Captação de aplicação financeira	173.751	384.416
(-) Resgates	<u>(184.032)</u>	<u>(377.764)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	113.079	123.360

A exposição da Empresa a riscos de crédito, risco de mercado e uma análise de sensibilidade relacionados as aplicações financeiras é divulgada na nota explicativa nº 23.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cientes públicos	57.697	57.567	57.697	57.567
Cientes privados	6.272	4.187	6.811	4.187
	<u>63.969</u>	<u>61.754</u>	<u>64.508</u>	<u>61.754</u>
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	<u>(1.300)</u>	<u>(1.630)</u>	<u>(1.300)</u>	<u>(1.630)</u>
	<u>62.669</u>	<u>60.124</u>	<u>63.208</u>	<u>60.124</u>
Circulante	62.669	60.124	63.208	60.124

- (a) Carteira de recebíveis, é composto por aproximadamente 90% de clientes vinculados a contratos públicos, concorridos por meio de licitação. A Empresa tem como atividade de foco o atendimento ao setor público.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	32.768	24.617	33.322	24.617
Vencidos				
De 1 a 30 dias	15.837	5.031	15.837	5.031
De 31 a 60 dias	4.534	8.368	4.534	8.368
De 61 a 90 dias	482	1.638	482	1.638
De 91 a 180 dias	1.980	5.224	1.980	5.224
De 191 a 360 dias	1.089	5.096	1.089	5.096
Acima de 360 dias	7.279	11.780	7.279	11.780
PY	<u>63.969</u>	<u>61.754</u>	<u>64.523</u>	<u>61.754</u>

Cientes Privados	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	3.106	1.361	3.660	1.361
Vencidos				
De 1 a 30 dias	102	137	102	137
De 31 a 60 dias	15	83	15	83
De 61 a 90 dias	112	104	112	104
De 91 a 180 dias	189	694	189	694
De 191 a 360 dias	21	989	21	989
Acima de 360 dias	2.727	820	2727	820
	6.272	4.188	6.826	4.188

Cientes Governo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	29.662	23.256	29.662	23.256
Vencidos				
De 1 a 30 dias	15.735	4.894	15.735	4.894
De 31 a 60 dias	4.519	8.285	4.519	8.285
De 61 a 90 dias	370	1.534	370	1.534
De 91 a 180 dias	1.791	4.530	1.791	4.530
De 191 a 360 dias	1.068	4.107	1.068	4.107
Acima de 360 dias	4.552	10.960	4.552	10.960
	57.697	57.566	57.697	57.566

A movimentação da provisão de perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa está demonstrada. Conforme política contábil da Empresa, os atrasos no recebimento de vendas a órgãos públicos são característica comum nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios.

Os saldos vencidos de órgãos públicos não representam neste momento risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Empresa. O montante de títulos vencidos acima de 90 dias de órgãos públicos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.411 (R\$ 19.598 em 31 de dezembro de 2023).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos início do exercício	(1.630)	(1.968)	(1.630)	(1.968)
Constituição de provisão	(5.170)	(6.855)	(5.170)	(6.855)
Reversão de Provisão de Perda	5.500	7.193	5.500	7.193
Total	(1.300)	(1.630)	(1.300)	(1.630)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matéria prima	83.123	67.401	104.715	67.401
Embalagem	1.084	746	1.095	746
Produtos acabados	9.443	8.035	15.826	8.035
Mercadorias para revenda	5.462	9.016	5.501	9.016
Estoque em trânsito	-	177	-	177
Importação em andamento	01	-	01	-
	99.112	85.375	127.138	85.375
(-) Perda de estoque	(2.805)	(1.900)	(2.805)	(1.900)
Estoques	96.308	83.475	124.334	83.475

- (a) Empresa em avaliação dos seus estoques efetuou provisão de perdas, o qual em 2024 representou uma variação de R\$ 905, totalizando um saldo de R\$ 2.805, sendo R\$ 1.941 em matéria prima em produtos em estoque e 864 em matéria prima em poder de terceiros (diante R\$ 1.900 sendo R\$ 1.238 em matéria prima em produtos em estoque e 662 em matéria prima em poder de terceiros no ano de 2023).

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Crédito financeiro MCTIC	11.848	11.373	11.848	11.373
COFINS a recuperar	1.134	932	1.527	932
PIS a recuperar	69	97	155	97
ICMS a recuperar	40	08	43	08
Curto Prazo	13.091	12.410	13.573	12.410
Outros	75	75	76	75
CIDE a compensar	99	99	99	99
Longo Prazo	174	174	175	174

O saldo de impostos e contribuições a recuperar são originados pelas retenções sobre os serviços prestados, vendas à órgãos públicos e pagamentos efetuados a maior.

A Empresa possui as seguintes subvenções:

8.1 Subvenção ICMS Presumido oriundo do Decreto 4.316

O incentivo fiscal do qual a Empresa se beneficia consiste no diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS na importação de componentes, partes e peças, destinados à fabricação de produtos de informática, para o momento da saída dos produtos resultantes do processo de industrialização. Nesse regime, é vedada ao beneficiário a utilização do crédito do ICMS incidente sobre as entradas de mercadorias, todavia, as empresas beneficiárias podem lançar como crédito presumido o valor do ICMS destacado nas notas fiscais de saídas, conforme previsto nos artigos 2º a 4º do Decreto Estadual (BA) nº 4.316/95. O benefício tem prazo de validade até 31/12/2032

em conformidade ao decreto nº 21.656/2022

Decreto do Estado do Amazonas nº 47.727/2023, que sucede o Decreto nº 23.994/2003, e concede benefícios fiscais como o diferimento do lançamento do ICMS incidente sobre a operação de importação de matérias-primas e insumos destinados à produção, crédito presumido de ICMS na compra de matéria-prima e insumos de origem nacional, crédito estímulo de ICMS equivalente ao saldo devedor apurado nas vendas de bens de informática produzidos pelo próprio estabelecimento dentro da ZFM – Zona Franca de Manaus, o prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício de 2024 a Empresa registrou, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, os montantes de R\$ 31.632 (R\$ 50.964 em 2023) e R\$ 32.120 (R\$ 50.964 em 2023), respectivamente, relativos à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados (conforme nota explicativa 19)

8.2 Crédito Financeiro Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTIC

Crédito financeiro gerado em decorrência do benefício Lei 13.969/2019, conhecida como Nova Lei de Informática, na qual os produtos habilitados retomaram a alíquota integral do IPI e, em seu lugar, os fabricantes que investem em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) podem ter acesso a créditos que podem ser compensados com outros tributos federais, como Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS, COFINS e IPI.

A Empresa trimestralmente ao efetuar a apuração do crédito, constitui um crédito financeiro o qual é destinado a compensar com impostos federais a recolher. A vigência deste benefício será até 31 de dezembro de 2029.

O montante de crédito gerado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 em conformidade ao quadro da nota explicativa nº 20 no item a., foi de R\$ 29.282 (R\$ 38.382 em 31 de dezembro de 2023).

Projetos Internos em Desenvolvimento

Os gastos com pesquisa e em fase de pesquisa, investidos em P&D internamente, decorrentes do cumprimento das Leis nº 8.248/1991 e 13.969/2019, decorrentes de mão-de-obra, encargos, materiais aplicados, entre outros são contabilizados diretamente no resultado, como despesas do período, e se aplicável, havendo como comprovar a existência de benefícios econômicos futuros, são reconhecidos no ativo intangível.

A contrapartida para este benefício é um investimento de, no mínimo 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados. Este percentual obedece ao quadro abaixo quanto à sua destinação:

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u>				<u>%</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2023</u>
	<u>%</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2023</u>				
—								
Base de cálculo		225.766		295.926		287.131		295.926
Alíquota aplicada		4,00%		4,00%		4,00%		4,00%
Valor para investimento (A)		9.031		11.837		11.392		11.837
Investimentos na própria empresa (B)		3.060		3.014		3.060		3.014
Aplicação (B)		8.921		16.622		10.786		16.622

Recursos aplicados durante o exercício (B)

Investimentos na própria empresa	1,02%	3.060	0,61%	3.014	0,88%	3.060	0,61%	3.014
Aplicação								
Instituições Públicas	1,50%	4.500	2,26%	11.100	1,30%	4.500	2,26%	11.100
Instituições Privadas	0,58%	1.732	0,44%	2.150	0,50%	1.732	0,44%	2.150
Programas Prioritários do MCTIC/CATI (PPI)	0,20%	589	0,18%	872	0,19%	656	0,18%	872
Outros	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Fundo de Investimento em Participações (FIP)	0,70%	2.100	0,51%	2.500	1,13%	3.898	0,51%	2.500
Total	4,00%	11.981	4,00%	19.636	4,00%	13.846	4,00%	19.636

9. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores nacionais	541	408	541	408
Fornecedores nacionais – Partes relacionadas (a)	12.497	15.618		15.618
	<u>13.038</u>	<u>16.026</u>	<u>541</u>	<u>16.026</u>
Fornecedores internacional	11.040	13.565	14.396	13.565
Outros adiantamentos	40	75	40	75
Total	<u>24.118</u>	<u>29.666</u>	<u>14.977</u>	<u>29.666</u>
Circulante	11.621	14.048	14.977	14.048
Não circulante	12.497	15.618	-	15.618

Representa os valores pagos a fornecedores a título de adiantamento. As mercadorias objetos desses adiantamentos serão entregues em meses posteriores, onde haverá o reconhecimento do custo ou dispêndio.

O montante de R\$ 12.497 é representado por uma operação continuada, junto a controlada Boardtec do Brasil, fornecedora de componentes eletrônicos. A controlada Boardtec do Brasil é uma indústria de fabricação de placas mães, memórias e SSD, localizada na Zona Franca de Manaus. A controladora efetua adiantamentos financeiros para controlada com base em sua programação de produção, de acordo com os pedidos de compras, e esses são compensados mensalmente com notas de compras.

10. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	8.616	1.853	8.616	1.853
Nuvini a)	(2.500)	2.500	(2.500)	2.500
Columbus a	(3.950)	3.950	(3.950)	3.950
Outros	1411	313	1411	313
Saldo	3.577	8.616	3.577	8.616
Circulante	214	83	214	83
Não circulante	3.362	8.533	3.362	8.533

Outros ativos referem-se a operações de empréstimos (Mútuos conversíveis) pulverizados a micro e pequenas empresas que tenham como principal característica a oferta de produtos e serviços com significativo grau de diferenciação e que podem vir a ter no futuro sinergia com as atividades da Empresa.

a) A Empresa, por meio de seus assessores jurídicos, decidiu ajuizar ação judicial visando a recuperação dos créditos. No entanto, com base na avaliação da probabilidade de êxito, entende que a chance de recuperação é remota. Diante disso, a administração optou por constituir provisão para perda no montante total do valor envolvido.

11. Investimentos

	Controladora		Consolidada	
	2024	2023	2024	2023
Boardtec do Brasil Ltda. (a)	13.226	4.601	-	4.601
Investimentos em FIP Capital Semente – Inova IX 1 (b)	1.500	1.500	1.500	1.500
Investimentos em FIP Capital Semente – Inova X 2 (b)	1.700	1.700	1.700	1.700
Investimentos em FIP Capital Semente – 3 (b)	5.500	3.400	5.500	3.400
Investimentos em FIP Capital Semente – INOV IV	-	-	8.225	-
Mais valia de investimentos	-	-	127	-
	21.926	11.201	17.052	11.201

a. Controlada

A Boardtec do Brasil (Boardtec) é o único empreendimento em que a Empresa tem controle com participação de 100% do capital social.

Em 15 de fevereiro de 2024, definida como data do *closing*, a Empresa adquiriu a Participação, da

totalidade das quotas da Empresa pelo valor de R\$ 8.000 (oito milhões de reais), conforme prevê a cláusula terceira do contrato de compra e venda de ações e outras avenças, compartilhada com a Administração.

O quadro a seguir resume as informações financeiras da Boardtec com base em suas demonstrações financeiras, ajustadas pelo registro de ajustes a valor justo na data de aquisição e pelas diferenças de políticas contábeis. O quadro também concilia a informação financeira resumida ao valor contábil da participação da Daten na Boardtec.

	<u>100%</u> <u>2024</u>	<u>50%</u> <u>2023</u>
Ativo circulante	32.597	17.140
Ativo não circulante	10.153	4.092
Total do ativo	42.750	21.232
Passivo	32.958	16.631
Patrimônio líquido	9.792	4.601
Passivo e patrimônio líquido	42.750	21.232
Receitas	77.491	43.577
Lucro líquido do exercício	589	168

b. Outros Investimentos

Investimentos em Fundo de Investimento em Participações

A participação em outros investimentos está descrita na nota 3 (h).

Em 2024 a Empresa e a controlada manteve os Investimentos em Fundo de Investimento em Participações (FIP), contendo as seguintes posições: Capital Semente 44.603.467/0001-00 no valor R\$ 1.500 em 31 de dezembro 2024 com participação de 10% das quotas (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2023 com participação de 10% das cotas), Capital Semente 40.755.640/001-26 no valor R\$ 1.700 em 31 de dezembro de 2024, com participação de 10,12% das quotas (R\$ 1.700 em 31 de dezembro de 2023 com participação de 9,88% das cotas) e INOVA IV FIEAM 43.878.276/0001-80 no valor de R\$8.225 em 31 de dezembro com participação de 11,62% . Esse investimento tem objetivo de cumprimento das obrigações em P&D de forma a rentável.

A Empresa e a controlada ampliaram os investimentos no Fundo de Investimento em Participações (FIP), Capital Semente 44.603.485/0001-83 e INOVA IV FIEAM 43.878.276/0001-80 no valor R\$ 400 em 04 de março de 2024, R\$ 1.200 em 01 de abril de 2024, R\$ 500 em 02 de maio de 2024, R\$198 em 27 de setembro 2024 e R\$1.600 em 27 de dezembro de 2024, totalizando o montante investido de R\$ 7.323 em 31 de dezembro de 2024 com participação de 30% das quotas Capital Semente e 11,62% das cotas no INOVA IV FIEAM, (R\$ 3.400 em 31 de dezembro de 2023 com participação de 30% das cotas Capital Semente). O saldo do Fundo de Investimento em Participações (FIP) na controladora é de R\$ 8.700 na controlada é de R\$ 8.225, consolidando um total de R\$16.925.

Não há influência significativa nem controle na gestão dos Fundos.



Amparada na Lei nº 13.674/2018, que trouxe alterações à Lei da Informática para permitir que 2,7% do total de 5% de investimento em P&D sejam realizados por meio de Fundos de Investimento, vide nota 11, em Participações (“FIPs”) que se destinem à capitalização de empresas de base tecnológica, sem que haja qualquer interferência na gestão destas investidas.

12. Imobilizado

A movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

IMOBILIZADO	Controladora						
	31/12/2022	Adição	Baixa	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024
Custo							
Máquinas e equipamentos	891	162	-	1.053	361	-	1.414
Móveis e utensílios	921	341	-	1.262	147	9	1.400
Computadores e periféricos	1.168	560	82	1.646	363	2	2.007
Equipamentos de segurança	43	15	-	58	8	-	66
Veículos	338	-	-	338	-	24	314
Edificações	9.102	-	-	9.102	-	-	9.102
Outros imobilizados	15	321	-	336	3.496	20	3.812
Total	12.478	1.399	82	13.795	4.376	56	18.115
Depreciação acumulada							
Máquinas e equipamentos	(246)	(94)	-	(340)	(123)	-	(463)
Móveis e utensílios	(213)	(112)	-	(325)	(135)	-	(460)
Computadores e periféricos	(338)	(268)	(1)	(605)	(319)	-	(924)
Equipamentos de segurança	(16)	(5)	-	(21)	(6)	-	(27)
Veículos	(39)	(63)	-	(102)	(63)	(24)	(141)
Edificações	(1.782)	(364)	-	(2.146)	(364)	-	(2.510)
Outros imobilizados	(14)	-	-	(14)	-	-	(14)
Total	(2.648)	(906)	(1)	(3.553)	(1.010)	(24)	(4.539)
Valor Líquido	9.830	493	81	10.242	3.366	32	13.576

Outras Imobilizações: A adição de R\$3.496 refere-se ao início da construção de um galpão destinado à ampliação do parque fabril da empresa. Essa iniciativa está alinhada com a estratégia corporativa de expansão da capacidade produtiva, visando atender de forma mais eficiente às demandas do mercado

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023 a Empresa não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

IMOBILIZADO

	Consolidado					
	Controladora	Aquisição de controlada	Total	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo						
Máquinas e equipamentos	1.053	4.603	5.656	664	-	6.320
Móveis e utensílios	1.262	198	1.460	156	9	1.607
Computadores e periféricos	1.645	470	2.114	519	2	2.631
Equipamentos de segurança	59	-	59	8	-	67
Veículos	338	-	338	-	25	313
Edificações	9.102	845	9.947	-	-	9.947
Outros imobilizados	15	160	175	32		207
Imobilizado em and. - construção	322	-	322	3.465	20	3.767
Mais valia de Imobilizado	-			1.593	-	1.593
	13.796	6.276	20.072	6.437	56	26.453
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	(340)	(3.427)	(3.767)	(260)	-	(4.027)
Móveis e utensílios	(325)	(52)	(376)	(154)	-	(532)
Computadores e periféricos	(605)	(111)	(717)	(415)	-	(1.131)
Equipamentos de segurança	(21)		(21)	(6)	-	(28)
Veículos	(102)		(102)	(63)	(24)	(141)
Edificações	(2.146)	(845)	(2.991)	(364)	-	(3.355)
Outros imobilizados	(15)	(86)	(101)	(191)	-	(292)
	(3.554)	(4.521)	(8.074)	(1.454)	(24)	(9.505)
Valor Líquido	10.242	1.754	11.997	4.983	32	16.947

Em 15 de fevereiro de 2024, conforme divulgado na nota 2.3(a), a controladora adquiriu saldo restante de 50% das cotas da Boardtec.

O ativo imobilizado, assumido na data de aquisição, está representado no quadro acima na rubrica “Aquisição de Controlada.”

13. Intangível

	Controladora						
INTANGÍVEL	31/12/2022	Adição	Baixa	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024
Custo							
Licenças de Software	-	1.685	-	1.685	1.686	-	3.371
Amortização							
Licenças de Software	-	(538)	-	(538)	(1.537)	-	(2.075)
Valor Líquido	-	1.147	-	1.147	149	-	1.296

INTANGÍVEL	Consolidado					
	Aquisição de		Total	Adições	Baixas	31/12/2024
	Controladora	controlada				
Custo						
Licenças de Software	1.685		1.685	1.686	-	3.371
Agio na aquisição controlada			1.863	1.863		3.726
	1.685	-	3.548	3.549	-	7.097
Amortização						
Licenças de Software	(538)		(538)	(1.537)	-	(2.075)
Valor Líquido	1.147	-	3.010	2.012	-	5.022

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil podem não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores nacionais	3.667	6.604	7.412	6.604
Fornecedores internacionais	18.479	13.012	25.089	13.012
Total	22.146	19.616	32.501	19.616

O valor de R\$ 7.235 junto ao fornecedor internacional *Microsoft Corporation* corresponde a cerca de 39% do total de R\$ 18.479

Esse valor corresponde a direitos autorais e licenças de distribuição, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de distribuição de softwares da *Microsoft Corporation*.

Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados anualmente.

15. Empréstimos e financiamentos

Movimentação de empréstimos	2024	2023
Saldo inicial	-	20.120
Pagamento principal	-	(19.610)
Pagamento de juros	-	(510)
Saldo final	-	-
Total	-	-

Em 2024, a empresa não realizou captação de recursos externos. Já em 2023, os recursos externos captados foram totalmente liquidados.

16. Provisão para garantia

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 01 de janeiro de	21.883	20.570	21.883	20.570
Provisão da Garantia	5.847	9.289	5.847	9.289
Pagamento de Garantia	(4.189)	(3.861)	(4.189)	(3.861)
Estorno da Garantia	(11.694)	(4.115)	(11.694)	(4.115)
Saldos em 31 de dezembro de	11.847	21.883	11.847	21.883
Circulante	889	1.126	889	1.126
Não circulante	10.958	20.757	10.958	20.757

Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida de aproximadamente 5 (cinco) anos sobre estas máquinas e em função do histórico de 5 anos de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

17. Gerenciamento de riscos processuais

A Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. Onde a Administração estabeleceu controles internos, que possibilita o acompanhamento pelo desenvolvimento das políticas de gerenciamento de risco. A Controladoria reporta regularmente a Diretoria sobre status processuais na esfera administrativa e jurídica.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas pela diretoria para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados semanalmente para refletir mudanças nas condições processuais conforme estrutura a seguir:

Cível

Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Empresa. Não há processos individualmente relevantes.

Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal.

Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.

Perda provável

Em conformidade com a avaliação jurídica, não foi constatado processo que tivesse status de perda provável, as quais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem provisão.

Perda possível

Os valores das contingências, foram constituídas como perdas possíveis, tendo como base a avaliação dos assessores jurídicos da Empresa, conforme demonstrada abaixo:

Riscos processuais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributárias	23.286	17.452	23.286	17.452
Trabalhista	81	28	81	28
Cível	-	194	00	194
Cíveis consumidor	-	-	-	-
Total geral	23.367	17.674	23.367	17.674

- (a) O risco está concentrado no montante de R\$ 13.022 em 2024 (R\$ 12.505 em 2023) referente a processos administrativos da SRF (Secretaria Especial da Receita Federal), já apontados pela assessoria jurídica com valores de multas e juros. O acréscimo ocorrido entre os anos foi decorrente de processos evidenciados com alteração de prognóstico de possível. Os valores estão ligados a saldos passíveis de compensação referente ao ano calendário de 2013 e 2014 os quais são questionados pela Secretária da Receita Federal.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composto de 7.200 quotas com valor equivalente a R\$ 7.200

	2024		2023	
	Quotas	Percentual	Quotas	Percentual
Romano Guerra	432	6,25%	432	6,25%
Delmare Bezerra Gurgel Filho	216	2,50%	216	2,50%
Flavio Guerra Costa	432	6,25%	432	6,25%
DP Participações Ltda.	4.896	68%	4.896	68%
IFQ Participações Ltda.	1.224	17%	1.224	17%
	7.200	100%	7.200	100%

b. Reservas

A movimentação das reservas está demonstrada abaixo:

Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e foi constituída por liberalidade da administração. A administração entende que deve manter um valor de até 20% do capital como reserva. No ano de 2024 não foi efetuada a constituição por já ter atingido o percentual de 20% do capital como reserva.

Reservas de incentivo fiscal

Reserva subvenção ICMS presumido oriundo do decreto nº 4.316

Decreto nº 4.316 de 19 de Junho de 1995 da Bahia que dispõe sobre o lançamento e o pagamento do ICMS relativo ao recebimento, do exterior, de componentes, partes e peças destinados à fabricação de produtos de informática, eletrônica e telecomunicações, por estabelecimentos industriais desses setores.

Segundo a legislação do Imposto de Renda a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos.

Movimentações das reservas:
Reserva de lucros a destinar:

		Controladora	Consolidado
		2024	2023
Saldo Inicial		265.836	180.237
Subvenção ICMS Presumido oriundo do Decreto 4.316		28.952	85.599
Total de subvenção de ICMS presumido	Nota 8.1	294.788	265.836
Saldo Inicial		40.521	71.648
Subvenção de lucro da exploração - Sudene		2.732	(31.126)
Total de subvenção de lucro da exploração		43.253	40.522
Total de reservas			
Saldo Inicial		306.357	375.370
Constituição de reservas		31.683	(69.013)
Saldo Final		338.040	306.357
<u>Reserva de lucro a Destinar:</u>			
Saldo Inicial		78.282	8.968
Constituição de reservas de lucros		29.280	190.881
Distribuição de lucros		(61.076)	(121.569)
Saldo Final		46.486	78.280

19 Receita de venda de produtos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de venda de produtos	285.108	446.091	289.477	446.091
Receita de serviços prestados	249	258	249	258
	285.358	446.349	289.726	446.349
Devoluções de vendas	(6.628)	(22.274)	(6.657)	(22.274)
Impostos sobre venda de produtos	(85.359)	(129.382)	(85.996)	(129.382)
Subvenção para investimento (a)	31.632	50.964	32.120	50.964
Impostos sobre serviços prestados	(35)	(34)	(35)	(34)
	(60.390)	(100.725)	(60.568)	(100.725)
Receita de venda de produtos e serviços prestados	224.968	345.624	229.158	345.624

A receita líquida é apresentada bruta deduzido impostos, as devoluções, os abatimentos e os descontos. A receita em 2024 teve redução de 35% na controladora o ano de 2024 viu um mercado de computadores menor do que se estimava e portanto, mais competitivo, além da abrupta desvalorização do real, que retardou alguns negócios. O destaque do ano foi a consolidação do segmento de fabricação de placas mãe, SSD e memória com a aquisição de 50% da Boardtec do Brasil Ltda.

- a) Detalhes sobre os valores reconhecidos como subvenção para investimentos estão descritos na nota .

Passivos de contrato (NE 19)

Os passivos de contrato relacionam-se principalmente as obrigações da empresa em relação a contraprestação dos valores faturados até a data base de 31 de dezembro de 2024 a título de compromisso para entrega futura, e aos adiantamentos recebidos de clientes e ainda não faturados.

	Controladora		Consolidado	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas de venda para entrega futura	592	51	592	51
Adiantamento de cliente	856	3.916	8.765	3.916
Receitas diferidas longo prazo	357	-	357	-
	1.805	3.967	9.714	3.967

- a. Os passivos de contratos referem-se principalmente ao valor de R\$ 592 do ano de 2024 (R\$ 51 do ano de 2023), que são da operação de Venda para Entrega Futura, onde é gerado a nota fiscal da operação e futuramente é feita a “remessa originada de venda para entrega futura”, sendo dessa forma feito a entrega dos itens junto ao cliente. O prazo estimado para entrega dos equipamentos é de até um mês.
- b. Os valores de R\$ 856 e R\$ 8.765 no ano de 2024 (diante ao valor de R\$ 3.916 do ano de 2023) na controladora e consolidado referem- se ao adiantamento de clientes aos quais a empresa ainda não efetuou o faturamento e consecutivamente a entrega dos itens.
- c. O valor de R\$ 357 no ano de 2024 (diante ao valor de R\$ 0,00 do ano de 2023) referem- se a Receita recebida para fidelidade da folha de pagamento da Daten Tecnolofia LTDA junto ao Banco Itaú a ser apropriado em 60 meses.

20 Custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo de matéria prima	(153.058)	(179.709)	(144.360)	(179.709)
Custo de Revenda e gastos com fretes e transportes	(18.418)	(45.384)	(19.054)	(45.384)
Despesas com garantia e assistência	5.847	(5.174)	5.847	(5.174)
Despesas com Vendas	(3.261)	(7.159)	(3.261)	(7.159)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(9.393)	(17.927)	(9.816)	(17.927)
Gastos com pessoal	(17.565)	(14.786)	(21.185)	(14.786)
Despesas com serviços de terceiros	(5.595)	(5.731)	(5.874)	(5.731)
Despesas com tributos diversos	(4.908)	(6.655)	(5.756)	(6.655)
Despesa com conservação e manutenção	(1.420)	(1.934)	(1.550)	(1.934)
Depreciação e amortização	(2.547)	(1.444)	(2.861)	(1.444)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	330	597	330	597
Perda com estoque	(905)	(284)	(906)	(284)
Perda de Emprestimo	(3.577)		(3.577)	
Outros gastos	(2.864)	(2.852)	(8.220)	(2.852)
	(217.334)	(288.442)	(220.245)	(288.442)
Custo dos produtos vendidos	(182.010)	(231.590)	(181.163)	(231.590)
Despesas administrativas	(21.934)	(22.098)	(24.026)	(22.098)
Despesas com vendas e distribuição	(4.915)	(17.820)	(5.529)	(17.820)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(9.393)	(17.927)	(9.816)	(17.927)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	330	597	330	597
Despesas e perdas fiscais	(37)	228	(42)	228
Equivalência Patrimonial	625	168	-	168
	(217.334)	(288.442)	(220.246)	(288.442)

O impacto significativo ocorrido na controladora em 2024 é decorrente da redução de 35% nas vendas que afetam os custos, despesas de distribuição e nas despesas de desenvolvimento e pesquisa. As despesas administrativas tiveram incremento, influenciada basicamente de reajustes dos valores anuais inflacionários, e com incremento das despesas com pessoal gerado pela pesquisa salarial e reajustes por convenção coletiva de trabalho.

21 Outras receitas

		Controlada		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita de Subvenção MCTIC	(a)	29.282	38.382	29.282	38.382
Receita com verba cooperada	(b)	2.487	5.938	2.487	5.938
Outras receitas		489	-	480	-
		32.258	44.320	32.249	44.320

- a) O montante de Crédito Financeiro MCTIC gerado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 29.282 (R\$ 38.382 em 31 de dezembro de 2023), para mais informações sobre o crédito veja a nota explicativa 8.2.
- b) O saldo está relacionado a verba de propaganda cooperada, que são reembolsados com base em percentuais acordados entre com os principais fornecedores e se trata de verbas para inserções promocionais dos produtos.

22 Resultado financeiro líquido

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras					
Juros		(2)	(113)	(2)	(113)
Descontos concedidos		(44)	(62)	(45)	(62)
Despesas bancárias		-	-	-	-
Variação cambial passiva		(2.887)	(783)	(4.310)	(783)
Multas		(136)	(477)	(136)	(477)
		(3.069)	(1.435)	(4.493)	(1.435)
Receitas financeiras					
Descontos obtidos		20	13	27	13
Multas ativas		17	24	17	24
Rendimentos de aplicações financeiras		20.026	24.818	20.027	24.818
Variação cambial ativa		334	2.584	571	2.584
Juros ativos		-	2.296	-	2.296
Juros Selic		76	-	76	-
		20.473	29.735	20.719	29.735
Resultado financeiro		17.404	28.300	16.226	28.300

23 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes de impostos	57.296	129.970	57.387	129.970
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado pela alíquota fiscal combinada	19.481	44.190	19.512	44.190
Adições permanentes				
Perdas efetivas com contas a receber	(112)	(115)	(111)	(115)
Equivalência patrimonial	(212)	(57)	-	(57)
Provisão não dedutíveis - juros Selic	(26)	-	(26)	-
P&D 60% - Lei do bem	(1.165)	(2.703)	(1.254)	(2.703)
Subvenção Custeio - Subvenções - Crédito MCTIC	(9.956)	(13.050)	(9.956)	(13.050)
Subvenção ICMS Presumido	-	(17.378)	-	(17.378)
Provisão e Demais (adições) exclusões a base de cálculo	(965)	576	(965)	576
Resultado depois das adições	7.045	11.463	7.200	11.463
Lucro da exploração	(2.447)	(3.360)	(2.447)	(3.360)
Resultado depois das adições/ Lucro da exploração	4.598	8.103	4.752	8.103
Despesa com imposto de renda e contribuição social	6.331	8.103	6.422	8.103
Imposto alíquota 34% - Resultado depois das adições	12.436	32.727	12.312	32.727

Imposto de renda a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IR a recuperar	321	321	321	321
CSLL a recuperar	151	151	151	151
IRPJ Saldo negativo	10.149	6.079	10.149	6.079
CSLL saldo negativo	2.068	1.619	2.068	1.619
Total	12.689	8.170	12.689	8.170
Circulante	472	472	472	472
Longo Prazo	12.217	7.698	12.217	7.698

A partir de 1 janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei nº 14.789/2023, que teve como um dos impactos a inclusão do crédito presumido de ICMS na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, resultando em redução no montante de exclusões no período.

O saldo de IR e CSLL a recuperar é líquido já descontado valor a recolher, e tem o saldo originado pelas retenções sobre os serviços prestados, vendas à órgãos públicos e pagamentos efetuados a maior.

24 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não incluímos informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil se aproxima do valor justo.

		Controladora				Consolidado			
		2024		2023		2024		2023	
	Nível	Valor CONTÁBIL	Valor JUSTO	Valor CONTÁBIL	Valor JUSTO	Valor CONTÁBIL	Valor JUSTO	Valor CONTÁBIL	Valor JUSTO
Caixa e equivalentes de caixa	1	178.156	178.156	222.253	222.253	178.325	178.325	222.253	222.253
Adiantamentos	-	24.118	24.118	29.666	29.666	14.976	14.976	29.666	29.666
Contas a receber de clientes	-	62.668	62.668	60.124	60.124	63.208	63.208	60.124	60.124
		264.942	264.942	312.043	312.043	256.509	256.509	312.043	312.043
Passivos									
Fornecedores e outras contas a pagar	-	22.146	22.146	19.616	19.616	33.419	33.419	19.616	19.616
Empréstimos e financiamentos	2	-	-	1.395	1.395	-	-	1.395	1.395
		22.146	22.146	21.011	21.011	33.419	33.419	21.011	21.011

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação a contas a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínuas.

Risco de crédito

A Empresa adota eficazes políticas de crédito desenvolvidas por seus Gestores e aprovadas por sua alta administração. As melhores práticas de mercado, aliadas ao profundo conhecimento de seus negócios, possibilitaram e determinaram a definição, elaboração e aprovação de ações necessárias à proteção dos recebíveis de seu de clientes.

A Gestão de Risco de Crédito é realizada de forma customizada para cada área de atuação, pois a Empresa atua em diferentes segmentos. A personalização visa alavancar os resultados tornando-os mais efetivos e respeitando as particularidades de cada negócio.

Na recuperação de créditos vencidos são aplicadas diariamente ações de cobrança que envolvem ligações telefônicas, cartas de cobrança extrajudiciais e cobranças judiciais.

Em segundo momento, durante a execução dos contratos, a Empresa prima pela excelência na execução de toda sua cadeia de serviços, garantindo o perfeito andamento do processo de recebimento, esse acompanhado sistematicamente pelo gestor principal de cada negócio até o seu efetivo recebimento.

A Empresa terceiriza serviços jurídicos e convênio com escritórios advocatícios visando executar ações de cobrança judiciais sempre que necessário.

A Empresa historicamente tem perfil moderado em relação ao risco e costuma investir seus excedentes em aplicações Financeiras de baixo risco com classificações boa ou ótima nas agências de classificação de risco.

A empresa detinha 'Caixa, equivalentes de caixa e aplicações de R\$ 178.156 em 31 de dezembro de 2024 (2023: R\$ 222.253). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+.

Risco de liquidez

Historicamente a Empresa mantém em dia o pagamento de seus passivos, refletindo na inexistência de ocorrências de protestos e ótima reputação junto a Fornecedores, Instituições Financeiras, Colaboradores e Clientes.

A administração financeira visa garantir recursos necessários não apenas para a liquidação diária dos compromissos, mas a suficiente para atender sem contratempos as necessidades de Caixa, possibilitando uma gestão mais eficaz sem perdas financeiras ou riscos a reputação da empresa.

A Empresa vem obtendo seguidamente ao longo de suas atividades bons índices de liquidez, fato público que pode ser visto em seu balanço.

Controladora			
	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 ano
Fornecedores	22.146	-	-
Outros Passivos	300	-	-

Consolidado			
	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 ano
Fornecedores	32.501	-	-
Outros Passivos	917	-	-

Análise de Sensibilidade

Para os valores justos da contraprestação contingente, alterações possivelmente razoáveis na data de relatório em um dos inputs significativos e observáveis, que é o câmbio. Ocorrendo a medida em que existe incompatibilidade entre moedas nas operações compra x empréstimo x vendas são denominados e a respectiva moeda funcional da empresa.

No final do ano de 2024 a empresa já tinha quitado na totalidade o valor alavancado em operações de empréstimo, principalmente na modalidade FINIMP, findando com saldo zero (N.15) e financiando seus projetos com os próprios recursos.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado da Empresa é considerado baixo, visto sua reduzida exposição às variações do Mercado de Câmbio, por não operar em Bolsa de Valores através da compra e venda, opções de ações ou quaisquer outras modalidades.

O nível de endividamento e sua disposição não colocaria a Empresa em risco em caso da ocorrência de forte crise econômica, que afetasse de forma efetiva a oferta de crédito no País.

A atividade estável e crescente em todos os segmentos de negócios da Empresa demonstra ao Mercado sua solidez, versatilidade, capacidade de gestão, visão e capacidade de planejamento a longo prazo.

Risco operacional

As atividades empresariais da Empresa envolvem a exposição a riscos que podem ocasionar intervenções nas rotinas operacionais de trabalho. A área de Engenharia de Infraestrutura, apresenta vulnerabilidades em função da complexa técnica construtiva, que exige o domínio de tecnologias inovadoras para a implementação dos empreendimentos.

25 Partes relacionadas

Adiantamentos

	2024	2023
Boardtec do Brasil	12.497	15.618
	12.497	15.618
Ativo circulante	12.497	15.618

As transações entre partes relacionadas acontecem com preços e prazos pactuados entre as partes. A Boardtec é um dos fornecedores estratégicos da empresa e está principalmente envolvida na produção de Placa Mãe, memória e Placas de SSD que são recebidos em um prazo médio de 30 dias, correspondendo o valor de R\$ 78.221 de compras em 2024 (R\$ 84.064 em 2023) e R\$ 215 de vendas em 2024 (R\$ 255 em 2023).

Não há juros e nem prazo especificados nas operações de adiantamento para compras de estoques.

Remuneração de pessoal-chave da administração

O total da remuneração e benefícios de curto prazo para o pessoal chave da Administração durante o exercício de 2024, envolvendo salários, gratificações e benefícios pós-emprego foi de R\$ 448 (R\$ 417 em 2023). A Empresa não remunera o pessoal-chave da administração com opções de ações/quotas.